PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA – CE
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2026 DE 25 DE JUNHO 2026

PROCURADOR

NOME DO CANDIDATO: _____

RG: _____ **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** _____

Nº DE INSCRIÇÃO

ASSINATURA: _____

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Este caderno contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 1 (um) a 60 (sessenta).
2. Cada uma das questões apresenta um enunciado seguido de 5 (cinco) alternativas, das quais somente uma deve ser assinalada.
3. Examine se a prova está completa com a sequência numérica das questões, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação deverá ser feita durante os 20 minutos iniciais. Após esse tempo, qualquer reclamação será desconsiderada.
4. Depois de decorridas 2 (duas) horas do início da prova, será distribuído **a folha de respostas**, o qual será o único documento válido para a correção. Ao recebê-lo, verifique se seu nome e seu número de inscrição estão corretos. Reclame imediatamente se houver discrepância.
5. A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura e data de nascimento, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas. Tenha muita atenção ao marcar sua folha de respostas, pois não haverá substituição por erro do candidato. Marque sua resposta pintando completamente o espaço correspondente à alternativa de sua opção.

Ex.: A○ B● C○ D○ E○

6. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez, uso de corretivo, marcação a lápis ou marcação de mais de uma letra. Não serão computadas questões não assinaladas.
7. Durante a prova, é proibido o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A tentativa de fraude, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que implicarão a desclassificação do candidato.
8. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a eliminação de ambos do certame.
9. Não será permitido ao candidato, durante a realização das provas, portar armas, aparelhos eletrônicos de qualquer natureza, relógios, bolsas, livros, jornais e impressos em geral; bonés, chapéus, lenço de cabelo, bandanas etc.
10. É vedado o uso de telefone celular ou de qualquer outro meio de comunicação. O candidato que for flagrado portando aparelho celular ou qualquer outro meio de comunicação, durante o período de realização da prova, e/ou o aparelho celular tocar será sumariamente eliminado do certame.
11. Em caso de dúvida, durante a prova, levante o braço para solicitar atendimento da fiscalização. Jamais pergunte em voz alta.
12. Ao terminar a resolução da prova, entregue-a ao fiscal de sala juntamente com **a folha de respostas**. Não se esqueça de **assinar a folha de respostas e a folha de frequência**.
13. O candidato que permanecer na sala de provas, por mais de 3h30min, poderá levar consigo o caderno de provas, fornecido pela **ORGANIZADORA.**
14. As provas terão duração de 4 (quatro) horas com início às 14h e término às 18h. O candidato só poderá ausentar-se da sala depois de decorridas duas horas do início das provas.
15. Os **Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas** serão divulgados 72 (setenta e duas) horas após a realização das mesmas.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o texto e responda às questões de 1 a 17.

A inteligência artificial responde rápido, mas será que fazemos boas perguntas?

A cena já se tornou comum. Alguém abre uma tela, escreve duas linhas e espera que uma inteligência artificial resolva, em segundos, aquilo que a própria pessoa ainda não conseguiu compreender. A máquina responde. Organiza tópicos, sugere caminhos, corrige frases, compara hipóteses e, com uma calma quase ofensiva, entrega uma solução antes que o café esfrie. O usuário lê, concorda com a cabeça e sente que avançou. Às vezes, avançou mesmo. Em outras, recebeu uma resposta veloz para uma pergunta preguiçosa.

A velocidade impressiona porque produz aparência de clareza. Uma frase bem construída pode vestir de precisão uma dúvida mal formulada. É como pedir a um motorista que nos leve “para algum lugar interessante” e depois reclamar do destino. A inteligência artificial não adivinha o problema que evitamos definir. Ela trabalha com o que lhe damos, inclusive com nossos atalhos, preconceitos, lacunas e confusões. Quando a pergunta nasce torta, a resposta pode até chegar elegante, mas dificilmente caminhará em linha reta.

Talvez por isso perguntar seja uma tarefa mais difícil do que parece. Uma boa pergunta exige recorte. Exige contexto, finalidade e alguma coragem para admitir o que ainda se ignora. Quem pergunta bem não procura apenas confirmação. Aceita a possibilidade de que a resposta desarrume certezas, mude prioridades ou revele que o problema verdadeiro estava escondido atrás do problema anunciado. Perguntar é abrir uma porta sem controlar inteiramente o cômodo que haverá do outro lado.

A antiga esfinge cobrava uma resposta correta. A nova, instalada no bolso e disponível a qualquer hora, parece cobrar algo anterior: uma pergunta digna de resposta. Não basta perguntar “qual é a melhor decisão?”. Melhor para quem, em que prazo, com quais riscos, segundo quais valores? Cada palavra ausente deixa um espaço que será preenchido por suposições. E suposições, quando entram silenciosamente numa conversa, costumam sair vestidas de conclusão.

Há também um conforto perigoso na resposta imediata. Quando tudo chega pronto, o pensamento pode assumir o papel de espectador. A pessoa copia, adapta, envia e chama isso de produtividade. O texto parece seu, a ideia parece amadurecida, a decisão parece racional. Falta, porém, o pequeno incômodo que acompanha toda compreensão verdadeira: aquele instante em que precisamos comparar, desconfiar, testar e reformular. Pensar dá trabalho porque nenhuma ferramenta consegue assumir, em nosso lugar, a responsabilidade pelo sentido.

Isso não diminui a inteligência artificial. Pelo contrário. Uma ferramenta poderosa merece um usuário intelectualmente presente. O problema não está em receber ajuda, mas em terceirizar o julgamento. Um mapa pode sugerir rotas, porém ainda cabe ao viajante saber para onde pretende ir. Uma bússola aponta o norte, mas não escolhe a viagem. A tecnologia amplia possibilidades. Quem decide o que fazer com elas continua sendo o sujeito, inclusive quando finge que apenas seguiu a recomendação.

No fim, talvez a qualidade das respostas diga menos sobre a inteligência da máquina do que sobre a atenção de quem pergunta. A boa pergunta não é a mais comprida nem a mais enfeitada. É a que sabe o que busca, revela seus limites e deixa espaço para revisão. Diante de uma tecnologia capaz de responder quase tudo, a maturidade talvez comece com uma atitude menos espetacular: parar por alguns segundos, pensar melhor e perguntar de novo.

Fonte: Banca elaboradora.

1. Considerando o desenvolvimento argumentativo do texto, qual alternativa apresenta corretamente sua tese central?

a) A velocidade das respostas constitui a principal causa de sua superficialidade, independentemente da formulação apresentada pelo usuário.
b) A inteligência artificial consegue reconstruir critérios omitidos na pergunta, cabendo ao usuário validar o resultado produzido posteriormente.
c) O uso produtivo da ferramenta depende da delimitação do problema e da manutenção do julgamento crítico pelo usuário.
d) A qualidade da resposta decorre da extensão da pergunta e da quantidade de informações inseridas no comando inicial.
e) O emprego maduro da tecnologia exige que o usuário transfira à ferramenta as decisões de natureza técnica e operacional.

2. No trecho “O usuário lê, concorda com a cabeça e sente que avançou. Às vezes, avançou mesmo. Em outras, recebeu uma resposta veloz para uma pergunta preguiçosa”, qual ideia está subentendida?

a) A correção formal da resposta comprova que o usuário alcançou uma compreensão suficiente do problema apresentado.
b) A rapidez do resultado compromete sua utilidade, mesmo quando a pergunta contém contexto, finalidade e critérios definidos.
c) A concordância do usuário constitui uma confirmação objetiva da qualidade intelectual do conteúdo recebido pela ferramenta.
d) A superficialidade ocorre principalmente quando o sistema deixa de responder diretamente à solicitação feita pelo usuário.
e) A sensação de progresso pode coexistir com uma compreensão ainda insuficiente do problema que motivou a consulta.

3. Na comparação com alguém que pede a um motorista que o leve “para algum lugar interessante”, qual inadequação comunicativa é evidenciada?

a) A palavra “interessante” apresenta dois significados incompatíveis, o que torna gramaticalmente incorreto o pedido formulado.
b) A ausência de critérios compartilhados impede que o interlocutor identifique com precisão o destino pretendido pelo passageiro.
c) O registro informal empregado pelo passageiro dificulta a compreensão de uma solicitação que deveria utilizar linguagem técnica.
d) A rapidez esperada para a viagem altera a intenção do passageiro e compromete a interpretação literal do motorista.
e) O motorista recebe informações suficientes sobre o destino, mas deixa de relacioná-las às circunstâncias concretas da viagem.

4. Quanto à organização predominante e à situação comunicativa, como o texto pode ser caracterizado?

a) Como uma reportagem de divulgação científica, apoiada em dados verificáveis, entrevistas especializadas e resultados experimentais.
b) Como um manual de orientação, organizado por etapas e voltado à formulação técnica de comandos para plataformas digitais.
c) Como um relato autobiográfico, estruturado cronologicamente e dirigido a profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas.
d) Como uma reflexão argumentativa de caráter ensaístico, dirigida ao público geral e apoiada em analogias cotidianas.
e) Como um documento administrativo, destinado a regulamentar o uso institucional de ferramentas baseadas em inteligência artificial.

5. No quarto parágrafo, qual função argumentativa é desempenhada pela referência à antiga esfinge?

a) Atualizar o motivo do enigma, deslocando o desafio da resposta correta para a formulação de uma pergunta relevante.
b) Atribuir à inteligência artificial uma natureza oracular, cujas respostas seriam confiáveis mesmo diante de perguntas imprecisas.
c) Sugerir que o usuário sofre consequências comparáveis às narradas nos mitos quando formula perguntas pouco elaboradas.
d) Equiparar o conhecimento dos sistemas digitais ao saber sobrenatural tradicionalmente atribuído às personagens mitológicas.
e) Explicar a origem histórica do uso de perguntas como método privilegiado de construção do conhecimento humano.

6. Como a progressão temática do texto está organizada?

a) O texto apresenta a evolução técnica da inteligência artificial, compara diferentes sistemas e propõe regras para seu desenvolvimento.
b) O texto relata uma experiência individual, descreve uma falha operacional e encerra com uma orientação de caráter administrativo.
c) O texto parte de uma situação cotidiana, examina a qualidade das perguntas e amplia a discussão para a responsabilidade do usuário.
d) O texto enumera benefícios da inteligência artificial, rejeita seu uso frequente e recomenda a retomada de métodos tradicionais.
e) O texto reproduz um diálogo entre usuário e ferramenta, analisa as falas e termina com instruções para corrigir comandos digitais.

7. No início do sexto parágrafo, o pronome "Isso" retoma principalmente qual ideia desenvolvida no parágrafo anterior?

a) A possibilidade de utilizar respostas prontas para acelerar a produção de textos e a realização de tarefas cotidianas.
b) A aparência de amadurecimento criada pela organização formal e pela apresentação racional de uma resposta automatizada.
c) A capacidade da inteligência artificial de oferecer resultados antes que o usuário compreenda plenamente sua própria pergunta.
d) A compreensão exige comparação e reformulação, pois a responsabilidade pelo sentido permanece vinculada ao sujeito.
e) A ferramenta reproduz lacunas e preconceitos presentes nas informações fornecidas durante a formulação do problema inicial.

8. No trecho "Isso não diminui a inteligência artificial. Pelo contrário", qual movimento argumentativo é estabelecido pela expressão "Pelo contrário"?

a) Apresenta a causa pela qual a ferramenta depende das informações fornecidas pelo usuário durante a formulação da pergunta.
b) Rejeita a conclusão de que a participação crítica do usuário reduziria o valor e a potência da ferramenta utilizada.
c) Introduz uma concessão que limita a utilidade da inteligência artificial aos problemas de natureza estritamente operacional.
d) Marca a passagem temporal entre o recebimento da resposta e a avaliação de seus possíveis efeitos pelo usuário.
e) Acrescenta um exemplo destinado a comprovar que as respostas automatizadas possuem maior clareza que as perguntas humanas.

9. Qual afirmativa caracteriza corretamente a linguagem utilizada no texto?

a) Predomina o vocabulário técnico da computação, associado a construções voltadas a leitores especializados em sistemas digitais.
b) Predomina uma linguagem informal, marcada por abreviações, fragmentação sintática e reprodução constante da oralidade espontânea.
c) Predomina uma variedade regional, identificada por expressões locais e referências geográficas presentes na fala do enunciador.
d) Predomina o registro administrativo, caracterizado por neutralidade lexical e ausência de avaliações sobre a conduta do usuário.
e) Predomina a norma-padrão, combinada com analogias cotidianas e marcas conversacionais que aproximam a reflexão do leitor.

10. Considere a seguinte paráfrase do conselho apresentado no encerramento do texto: "Pare por alguns segundos, pense melhor e pergunte de novo." Qual função da linguagem predomina nessa formulação?

a) A função apelativa, pois o enunciado procura orientar diretamente o comportamento do interlocutor.
b) A função referencial, pois o enunciado apresenta informações objetivas sobre o funcionamento da inteligência artificial.
c) A função emotiva, pois o enunciado revela os sentimentos pessoais do autor diante da tecnologia.
d) A função fática, pois o enunciado verifica a manutenção do canal comunicativo entre o autor e o leitor.
e) A função metalinguística, pois o enunciado define os elementos gramaticais empregados na construção da pergunta.

11. No trecho "Uma boa pergunta exige recorte", qual sentido a palavra "recorte" assume no contexto?

a) Reprodução literal de uma passagem retirada de uma fonte previamente consultada pelo usuário.
b) Interrupção temporária da pergunta para reduzir a extensão da resposta produzida pelo sistema.
c) Separação física de partes de um texto para reorganizá-las numa sequência argumentativa diferente.
d) Delimitação do aspecto do problema que será efetivamente investigado pela pergunta formulada.
e) Escolha estética das palavras utilizadas para tornar o enunciado mais atraente ao interlocutor.

12. Nas sequências destacadas em "máquina" — qu —, "linha" — nh — e "ideia" — ei —, identificam-se, respectivamente.

a) Encontro consonantal, dígrafo consonantal e hiato.
b) Dígrafo vocálico, encontro consonantal e ditongo crescente.
c) Dígrafo consonantal, dígrafo consonantal e ditongo decrescente.
d) Encontro consonantal, dígrafo vocálico e encontro consonantal.
e) Dígrafo consonantal, encontro vocálico e tritongo.

13. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas e acentuadas de acordo com a norma-padrão.

a) Os usuários tem acesso a respostas verossímeis, mas convém analisá-las com critério.
b) Os usuários têm acesso a respostas verossímeis, mas convém analisá-las com critério.
c) Os usuários têm acesso a respostas verossímeis, mas convem analisá-las com critério.
d) Os usuários têm acesso a respostas verossimeis, mas convém analisá-las com critério.
e) Os usuários têm acesso a respostas verossímeis, mas convém analisa-las com critério.

14. Qual afirmativa preserva a leitura de que a afirmação refere-se especificamente às perguntas que apresentam o contexto necessário?

a) As perguntas, que definem o contexto, produzem respostas mais úteis para o usuário.
b) As perguntas que definem, o contexto produzem respostas mais úteis para o usuário.
c) As perguntas que definem o contexto, produzem respostas mais úteis para o usuário.
d) As perguntas, que definem o contexto produzem, respostas mais úteis para o usuário.
e) As perguntas que definem o contexto produzem respostas mais úteis para o usuário.

15. No trecho "Uma ferramenta poderosa merece um usuário intelectualmente presente", qual análise morfossintática está CORRETA?

a) "Uma" e "um" são artigos indefinidos; "poderosa" e "presente" são adjetivos; "intelectualmente" modifica "presente" e o grupo iniciado por "um" completa diretamente "merece".
b) "Uma" e "um" são numerais cardinais; "poderosa" e "presente" são substantivos; "intelectualmente" modifica "merece" e o grupo iniciado por "um" atribui estado a "ferramenta".
c) "Uma" é pronome indefinido e "um" é artigo; "poderosa" e "presente" são adjetivos; "intelectualmente" modifica "merece" e o grupo iniciado por "um" funciona como sujeito.
d) "Uma" é artigo e "um" é numeral; "poderosa" funciona como substantivo; "intelectualmente" modifica "usuário" e o grupo iniciado por "um" completa indiretamente "merece".
e) "Uma" e "um" são pronomes indefinidos; "poderosa" e "presente" são advérbios; "intelectualmente" modifica "ferramenta" e o grupo iniciado por "um" funciona como aposto.

16. Quanto ao processo de formação das palavras "reformular", "responsabilidade" e "clareza", qual análise está CORRETA?

a) "Reformular" resulta de sufixação; "responsabilidade" resulta de prefixação e "clareza" resulta de derivação regressiva.
b) "Reformular" resulta de parassíntese; "responsabilidade" resulta de composição e "clareza" resulta de derivação imprópria.
c) "Reformular" resulta de composição; "responsabilidade" resulta de derivação regressiva e "clareza" resulta de prefixação.
d) "Reformular" resulta de prefixação, enquanto "responsabilidade" e "clareza" resultam de derivação sufixal.
e) "Reformular" resulta de derivação imprópria; "responsabilidade" resulta de parassíntese e "clareza" resulta de composição.

17. A frase "A ferramenta informou ao usuário que sua pergunta precisava de revisão" permite mais de uma leitura para o pronome "sua". Qual reescrita elimina essa ambiguidade e atende à norma-padrão?

a) A ferramenta informou o usuário de que a pergunta dele precisava ser revista e orientou-o à reformulá-la com atenção as premissas adotadas.
b) A ferramenta informou ao usuário que a pergunta formulada por ele, precisava de revisão e orientou-o a reformulá-la com atenção às premissas adotadas.
c) A ferramenta informou ao usuário que a pergunta formulada por ele precisavam de revisão e lhe orientou a reformular ela com atenção às premissas adotada.
d) A ferramenta informou ao usuário de que a pergunta formulada por ele precisava de revisão e o orientou à reformulá-la com atenção às premissas adotadas.
e) A ferramenta informou o usuário que a pergunta formulada por ele precisava de revisão e orientou-lhe a reformulá-la com atenção às premissas adotadas.

18. Um recurso de R$ 40.000,00 será dividido entre três setores, respectivamente, na razão de 2 para 3 para 5. Qual valor será destinado ao segundo setor?

a) R$ 8.000,00.
b) R$ 12.000,00.
c) R$ 16.000,00.
d) R$ 20.000,00.
e) R$ 24.000,00.

19. Oito servidores, trabalhando 6 horas por dia durante 15 dias, analisam 720 processos. Mantendo o mesmo ritmo, quantos processos serão analisados por 12 servidores, trabalhando 8 horas por dia durante 10 dias?

a) 720 processos.
b) 800 processos.
c) 900 processos.
d) 960 processos.
e) 1.080 processos.

20. Um valor de R$ 800,00 recebeu um aumento de 40% e, posteriormente, uma redução de 25% sobre o valor aumentado. Qual foi o valor final?

a) R$ 840,00.
b) R$ 800,00.
c) R$ 820,00.
d) R$ 860,00.
e) R$ 880,00.

21. Um capital de R$ 5.000,00 foi aplicado a juros simples, à taxa de 2% ao mês, durante 8 meses. Quais foram, respectivamente, o juro produzido e o montante obtido?

a) R$ 500,00 e R$ 5.500,00.
b) R$ 600,00 e R$ 5.600,00.
c) R$ 700,00 e R$ 5.700,00.
d) R$ 900,00 e R$ 5.90000.
e) R$ 800,00 e R$ 5.800,00.

22. Qual é a forma fatorada da expressão $x^2 - 9x + 20$?

a) $(x + 4)(x + 5)$.
b) $(x - 2)(x - 10)$.
c) $(x - 4)(x - 5)$.
d) $(x + 4)(x - 5)$.
e) $(x - 1)(x - 20)$.

23. Uma placa retangular mede 12 metros de comprimento e 8 metros de largura. Dela foi retirado um quadrado com 4 metros de lado. Qual é a área restante da placa?

a) 64 m².
b) 72 m².
c) 76 m².
d) 80 m².
e) 96 m².

24. Um triângulo retângulo possui catetos de 15 cm e 20 cm e hipotenusa de 25 cm. Qual é a medida da altura relativa à hipotenusa?

a) 8 cm.
b) 10 cm.
c) 15 cm.
d) 20 cm.
e) 12 cm.

25. Em um paralelepípedo reto-retângulo ABCD-EFGH, os vértices E, F, G e H estão situados, respectivamente, acima dos vértices A, B, C e D. Qual é a posição da reta que contém a aresta CD em relação ao plano que contém a face ABFE?

a) A reta CD está contida no plano ABFE.
b) A reta CD é paralela ao plano ABFE.
c) A reta CD é perpendicular ao plano ABFE.
d) A reta CD intercepta o plano ABFE no ponto C.
e) A reta CD intercepta o plano ABFE no ponto D.

26. Um reservatório recebeu 2 metros cúbicos de água e, posteriormente, mais 350 litros. Qual foi o volume total recebido, em litros?

a) 2.050 litros.
b) 2.300 litros.
c) 2.350 litros.
d) 2.500 litros.
e) 2.700 litros.

27. Em um conjunto universo formado por 120 processos, 70 são urgentes, 50 são eletrônicos e 30 são, ao mesmo tempo, urgentes e eletrônicos. Quantos processos não pertencem a nenhum desses dois grupos?

a) 30 processos.
b) 20 processos.
c) 40 processos.
d) 50 processos.
e) 60 processos.

28. Forquilha permaneceu como distrito subordinado a Sobral até ser elevada à categoria de Município em 1985 e instalada em 1986. Qual mudança política decorreu desse processo?

a) A transferência do Município para outra unidade da Federação.
b) A extinção das estruturas administrativas existentes no território.
c) A integração do território ao governo municipal de Fortaleza.
d) A constituição de uma administração municipal politicamente autônoma.
e) A substituição das eleições municipais por nomeações estaduais.

29. Considerando a divisão regional vigente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os limites territoriais do Município, qual afirmativa localiza corretamente Forquilha?

a) Integra as Regiões Geográficas Imediata e Intermediária de Fortaleza e limita-se com Sobral, Massapê e Meruoca.
b) Integra as Regiões Geográficas Imediata e Intermediária de Sobral e limita-se com Sobral, Groaíras e Santa Quitéria.
c) Integra a Região Geográfica Imediata de Acaraú e a Intermediária de Sobral e limita-se com Cariré, Massapê e Groaíras.
d) Integra a Região Geográfica Imediata de Santa Quitéria e a Intermediária de Crateús e limita-se com Sobral, Cariré e Meruoca.
e) Integra as Regiões Geográficas Imediata e Intermediária de Camocim e limita-se com Groaíras, Acaraú e Santana do Acaraú.

30. Qual território palestino, localizado entre Israel, o Egito e o Mar Mediterrâneo, foi objeto de sucessivos relatórios da Organização das Nações Unidas sobre uma grave crise humanitária em 2025 e 2026?

a) Faixa de Gaza.
b) Península do Sinai.
c) Território do Saara Ocidental.
d) Região das Colinas de Golã.
e) Península da Crimeia.

31. Após a intervenção militar realizada pelos Estados Unidos na Venezuela, em janeiro de 2026, que resultou na captura de Nicolás Maduro, qual mudança ocorreu no comando político do País?

a) María Corina Machado assumiu a Presidência após decisão da Assembleia Nacional.
b) Diosdado Cabello assumiu a Presidência por indicação das Forças Armadas.
c) Edmundo González foi nomeado presidente provisório pelo Supremo Tribunal.
d) Jorge Rodríguez passou a governar o País como chefe do Poder Executivo.
e) Delcy Rodríguez foi empossada como presidente interina da Venezuela.

32. Qual condição contribui para a legitimidade democrática de uma decisão pública?

a) A concentração das informações nas autoridades responsáveis pela decisão.
b) A redução dos espaços de participação para acelerar a execução administrativa.
c) A participação social, a transparência e a responsabilização dos agentes públicos.
d) A substituição das regras gerais por acordos realizados entre grupos influentes.
e) A divulgação dos resultados sem apresentação dos critérios adotados.

33. A perda de biodiversidade pode comprometer serviços ecossistêmicos. Qual situação exemplifica essa ação?

a) A redução de polinizadores afeta a reprodução de plantas e a produção agrícola.
b) A retirada de espécies invasoras aumenta necessariamente a erosão do solo.
c) A recuperação de matas ciliares diminui a proteção dos recursos hídricos.
d) A diversidade genética torna as populações mais vulneráveis às mudanças ambientais.
e) A conservação de habitats interrompe os processos naturais de dispersão.

34. Um conflito bloqueia uma rota marítima estratégica e eleva os custos de energia e transporte em vários continentes. Qual interpretação geopolítica define essa situação?

a) A autonomia econômica impede que o conflito produza efeitos fora da região atingida.
b) A interdependência global permite a transmissão de choques pelas cadeias produtivas.
c) A globalização elimina a capacidade dos Estados de adotar políticas econômicas próprias.
d) O fechamento de uma rota obriga todos os países a interromper seu comércio exterior.
e) Os impactos decorrem da adoção de uma legislação internacional única pelos Estados.

35. Quando uma política de transição para uma economia de baixo carbono pode ser considerada socialmente justa?

a) Quando transfere os custos da mudança para as famílias de menor renda.
b) Quando substitui trabalhadores antes da criação de alternativas profissionais.
c) Quando concentra investimentos nas regiões que já possuem maior desenvolvimento.
d) Quando avalia exclusivamente a redução das emissões de gases de efeito estufa.
e) Quando combina proteção ambiental, qualificação profissional e inclusão econômica.

36. Um município firma parceria com uma empresa e uma organização da sociedade civil para recuperar áreas degradadas. Qual prática fortalece a responsabilidade social do projeto?

a) Permitir que a empresa utilize a ação como publicidade sem prestar contas.
b) Concentrar as decisões na entidade que forneceu o maior valor financeiro.
c) Estabelecer metas públicas, participação comunitária e avaliação dos resultados.
d) Transferir ao terceiro setor obrigações legais exclusivas do poder público.
e) Divulgar os benefícios esperados antes de definir responsabilidades institucionais.

37. Qual país sediará a Copa do Mundo Feminina da FIFA em 2027, a primeira realizada na América do Sul?

a) Argentina.
b) Colômbia.
c) Chile.
d) Brasil.
e) Uruguai.

38. Qual política institucional é mais compatível com o multiculturalismo?

a) Padronizar a comunicação e impedir adaptações para grupos culturais distintos.
b) Reconhecer culturas diferentes, desde que permaneçam fora dos espaços públicos.
c) Organizar serviços separados para evitar o contato entre grupos culturais.
d) Promover equidade, diálogo intercultural e respeito aos direitos fundamentais.
e) Aceitar qualquer prática tradicional, independentemente de seus efeitos sobre terceiros.

39. Um servidor designado para analisar propostas em uma licitação verifica que uma das empresas participantes pertence a seu irmão. Qual conduta eticamente ele deve adotar?

a) Comunicar o impedimento e afastar-se da análise conforme as regras aplicáveis.
b) Permanecer na análise e registrar o parentesco depois da decisão administrativa.
c) Avaliar a proposta normalmente, pois o parentesco não interfere no procedimento.
d) Participar da análise e deixar de votar somente se houver empate.
e) Solicitar que outro servidor confirme sua avaliação antes da decisão final.

40. Uma equipe identifica uma falha capaz de prejudicar o atendimento ao público. Qual conduta demonstra ética profissional e cooperação?

a) Ocultar a falha para preservar a imagem do setor diante da chefia.
b) Aguardar a reclamação de um usuário antes de tomar qualquer providência.
c) Atribuir publicamente a responsabilidade ao trabalhador que iniciou a tarefa.
d) Corrigir o registro sem informar a equipe sobre a alteração realizada.
e) Comunicar a falha, colaborar na correção e propor medidas preventivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Uma Constituição Estadual determina que cada município institua procuradoria própria, organizada em carreira, e estabeleça a estrutura mínima do órgão. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a relação entre a autonomia municipal e a advocacia pública apresenta-se em qual alternativa?

a) A criação da procuradoria integra a capacidade de auto-organização municipal, cabendo ao ente local decidir por sua instituição, e o provimento dos cargos efetivos que criar depende de concurso público.
b) O modelo constitucional das procuradorias estaduais alcança diretamente os municípios, permitindo que a Constituição Estadual imponha estrutura, carreira, remuneração e competências uniformes.
c) O princípio da simetria autoriza o Estado a instituir procuradorias municipais, pois a representação judicial dos entes federativos exige organização idêntica em cada esfera.
d) A autonomia municipal abrange a criação do órgão, enquanto a Constituição Estadual pode definir sua estrutura interna e as atribuições permanentes de seus integrantes.
e) A representação judicial municipal possui natureza política, permitindo o preenchimento permanente das funções técnicas por cargos em comissão depois da criação da Procuradoria.

42. No controle abstrato, o Supremo Tribunal Federal preserva a redação de um dispositivo e fixa, entre suas leituras possíveis, aquela compatível com a Constituição. Num segundo julgamento, mantém a literalidade da disposição, mas afasta sua incidência sobre determinada hipótese. As técnicas utilizadas são, respectivamente, a

a) declaração de inconstitucionalidade por omissão e a modulação temporal dos efeitos da decisão proferida pelo tribunal.
b) revogação jurisdicional da disposição e a declaração consequencial de invalidade das normas relacionadas ao mesmo assunto.
c) mutação constitucional do dispositivo e a declaração de inconstitucionalidade formal da hipótese excluída pelo tribunal.
d) interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
e) recepção constitucional condicionada e a suspensão parcial da eficácia do dispositivo por decisão cautelar de natureza legislativa.

43. Analise as afirmativas sobre as garantias constitucionais destinadas à tutela de direitos individuais e coletivos.

I. O mandado de injunção é cabível quando a falta de norma regulamentadora inviabiliza o exercício de direitos e liberdades constitucionais ou de prerrogativas ligadas à nacionalidade, soberania e cidadania.
II. O *habeas* data constitui o instrumento próprio para obter certidão funcional em repartição pública diante da recusa administrativa em expedir o documento solicitado pelo interessado.
III. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e por entidade legitimada nos termos constitucionais.
IV. O *habeas* corpus tutela a liberdade de locomoção diante de violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder, inclusive quando a ameaça ainda é iminente.
V. A ação popular pode ser proposta por associação civil regularmente constituída para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa ou ao meio ambiente.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

a) I – II – V.
b) I – III – IV.
c) II – III – V.
d) I – II – III – IV.
e) II – IV – V.

44. No regime geral do processo administrativo federal, a competência, a delegação e a avocação submetem-se a requisitos distintos. Qual a afirmativa que fundamenta esses institutos?

a) A autoridade pode renunciar à competência própria por ato motivado, transferindo definitivamente a matéria a órgão tecnicamente mais especializado.
b) A delegação exige vínculo hierárquico entre delegante e delegado, porque a transferência parcial da competência decorre do poder de direção administrativa.
c) A edição de atos normativos e a decisão de recursos administrativos admitem delegação quando o instrumento delimita objeto, duração e autoridade responsável.
d) A avocação pode alcançar competência de órgão autônomo e adquirir caráter permanente quando razões econômicas justificarem a concentração decisória.
e) A competência é irrenunciável, a delegação parcial pode alcançar autoridade não subordinada e a avocação temporária exige situação excepcional e relação hierárquica.

45. A Administração revoga uma autorização precária e apresenta como fundamento a ocorrência reiterada de bloqueios no acesso a um equipamento público. Os documentos do processo demonstram circulação regular durante todo o período considerado. A incidência da teoria dos motivos determinantes significa que o(a)

a) natureza discricionária do ato preserva sua validade, pois a autoridade mantém liberdade para revogar autorizações precárias por razões de interesse público.
b) Administração pode substituir posteriormente o fundamento indicado por outra razão de conveniência, atribuindo eficácia retroativa à nova motivação apresentada.
c) validade do ato vincula-se à existência e à veracidade dos motivos declarados, e a falsidade da situação invocada configura defeito de legalidade controlável.
d) Poder Judiciário pode substituir a avaliação administrativa por juízo próprio de oportunidade, definindo a medida que produza maior utilidade coletiva.
e) divergência entre o motivo declarado e os autos afeta a forma do ato, preservando seu conteúdo enquanto a finalidade pública permanecer reconhecível.

46. Na extinção de uma concessão de serviço público pelo advento do termo contratual, a reversão dos bens vinculados à prestação caracteriza-se pela

a) transferência da totalidade patrimonial da concessionária ao poder concedente, incluindo ativos empregados em atividades empresariais estranhas ao serviço delegado.
b) permanência dos bens operacionais com a antiga concessionária até a celebração do contrato seguinte, cabendo ao novo prestador adquirir os ativos necessários.
c) incorporação dos bens reversíveis necessários à continuidade e à atualidade do serviço, com indenização da parcela de investimentos vinculados ainda não amortizada ou depreciada.
d) desapropriação dos ativos utilizados na concessão, condicionada ao pagamento judicial prévio e à demonstração de utilidade pública individualizada para cada bem.
e) transmissão direta dos bens à nova concessionária, dispensados inventário, avaliação patrimonial e exame da efetiva vinculação dos ativos ao serviço público.

47. Analise as afirmativas sobre o regime atual da improbidade administrativa estabelecido pela Lei nº 8.429/1992.

I. A configuração da improbidade administrativa exige conduta dolosa voltada à obtenção do resultado ilícito previsto em lei, não sendo suficiente a simples voluntariedade do agente.
II. A lesão ao erário prevista no artigo 10 admite responsabilização por culpa grave quando o agente público viola dever objetivo de cuidado no exercício da função.
III. O mero exercício da função pública, desacompanhado de prova de atuação dolosa voltada ao resultado ilícito tipificado, afasta a responsabilização por improbidade.
IV. A ilegalidade ou a irregularidade administrativa, isoladamente, carece de suficiência para caracterizar improbidade quando ausentes dolo e enquadramento em tipo legal.
V. Os sócios e os dirigentes de pessoa jurídica privada respondem pelo ato imputado à empresa em razão da posição ocupada, ainda que ausentes participação e benefício direto.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

a) I – II – V.
b) II – III – IV.
c) I – II – III – V.
d) II – IV – V.
e) I – III – IV.

48. Uma secretaria municipal pretende contratar, por inexigibilidade, equipamento apontado como exclusivo. O processo contém declaração elaborada pelo próprio fornecedor, justificativa genérica de preço e estudo técnico que registra possíveis substitutos funcionais disponíveis no mercado. Qual conduta jurídica a ser executada?

a) Restituir o processo para redefinir a necessidade, examinar os substitutos, comprovar, por documentação idônea, a inviabilidade de competição, justificar o preço e completar a instrução.
b) Aprovar a inexigibilidade, pois a indicação técnica da marca e a declaração empresarial formam prova suficiente da exclusividade comercial do equipamento pretendido.
c) Converter o procedimento em dispensa de licitação, porque a existência de poucos fornecedores caracteriza competição reduzida e autoriza contratação direta por conveniência.
d) Solicitar três propostas do fornecedor indicado, referentes a períodos distintos, e utilizar a média obtida como demonstração da compatibilidade do preço contratado.
e) Autorizar a contratação sob condição resolutiva, permitindo que a Administração verifique a exclusividade e os possíveis substitutos depois da entrega do equipamento adquirido.

49. Durante vários anos, o credor aceita o pagamento contratual em data posterior à originalmente prevista, emite recibos regulares e mantém a execução da relação jurídica. Depois, exige retroativamente a penalidade referente a todos os atrasos tolerados. A incidência da boa-fé objetiva caracteriza-se pela

a) prevalência integral da cláusula escrita, porque a prática posterior das partes possui valor interpretativo inferior ao conteúdo formal estabelecido na contratação inicial.
b) proteção da confiança criada pela conduta reiterada, capaz de limitar o exercício contraditório da prerrogativa contratual conforme as circunstâncias demonstradas.
c) extinção automática da cláusula de vencimento depois da primeira tolerância, independentemente da duração da prática e da confiança formada entre as partes.
d) formação presumida de novação, pela qual a aceitação reiterada modifica o objeto da obrigação e substitui o vínculo contratual anteriormente constituído.
e) aplicação do prazo prescricional à própria cláusula contratual, impedindo sua utilização futura depois da consolidação do comportamento tolerado pelo credor.

50. O fiador de uma locação comercial sofre penhora do único imóvel residencial utilizado por sua família. Considerando a legislação e a jurisprudência consolidada, a incidência da impenhorabilidade do bem de família está CORRETA em qual afirmativa?

a) A natureza comercial da locação preserva a impenhorabilidade, pois a exceção legal alcança contratos destinados à moradia do locatário e de sua família.
b) A penhora exige cláusula contratual específica de renúncia ao bem de família, além da manifestação geral do fiador sobre a garantia assumida.
c) A exceção legal alcança a locação residencial, enquanto a garantia prestada em contrato comercial permanece submetida à proteção integral da moradia familiar.
d) A penhora do bem de família do fiador é admitida em contratos de locação residencial ou comercial, conforme a exceção prevista na legislação aplicável.
e) A condição de único imóvel residencial restabelece a proteção patrimonial, ainda que a obrigação executada decorra diretamente da fiança prestada no contrato locatício.

51. Uma sociedade deixa de funcionar no domicílio fiscal e encerra irregularmente suas atividades. O administrador presente na dissolução assumiu a gestão depois do fato gerador, enquanto outro sócio-gerente afastou-se regularmente antes do encerramento. Considerando o redirecionamento pretendido exclusivamente com fundamento na dissolução irregular, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça estabelece que o(a)

a) redirecionamento alcança o administrador presente no fato gerador, ainda que tenha deixado regularmente a sociedade antes da dissolução irregular posteriormente constatada.
b) responsabilidade depende da participação simultânea na gestão durante o fato gerador e durante a dissolução, exigindo presença administrativa nos dois momentos.
c) administrador que ingressou depois do fato gerador permanece fora da execução, porque a responsabilidade acompanha a composição societária existente na constituição do crédito.
d) redirecionamento pode alcançar quem administrava na dissolução irregular, ainda que tenha assumido depois do fato gerador, enquanto o ex-gestor afastado antes dela fica fora desse fundamento.
e) dissolução irregular autoriza a inclusão dos sócios integrantes do quadro social no encerramento, independentemente das funções de administração exercidas por cada participante.

52. Com intenção de matar, um agente causa ferimento que, por si, é incapaz de provocar a morte da vítima. Durante o transporte hospitalar, a ambulância sofre grave colisão, e a vítima morre exclusivamente em razão do traumatismo produzido pelo acidente. A consequência jurídico-penal é a

a) imputação de homicídio consumado, porque o ataque inicial criou a necessidade do transporte e permanece como condição antecedente do resultado-morte.
b) imputação de homicídio tentado, porque a causa superveniente produziu por si o resultado, preservando a responsabilidade pelos atos executórios anteriores.
c) imputação de lesão corporal, porque a exclusão do resultado-morte converte o elemento subjetivo do agente no resultado material efetivamente causado.
d) configuração de crime impossível, pois o ferimento inicial possuía baixa aptidão para produzir o resultado pretendido pelo autor da conduta.
e) exclusão da tipicidade da conduta inicial, porque a colisão rompe integralmente a relevância penal dos atos anteriores à ocorrência do resultado fatal.

53. Analise as afirmativas sobre erro, desistência e causas relacionadas à execução do delito.

I. O erro essencial sobre elemento constitutivo do tipo exclui o dolo e admite punição por culpa quando houver previsão legal da modalidade culposa.
II. O erro inevitável sobre a ilicitude do fato isenta de pena, enquanto o erro evitável autoriza redução da sanção nos limites previstos pelo Código Penal.
III. A desistência voluntária ocorre quando o agente esgota os atos executórios e, depois disso, impede a produção do resultado inicialmente pretendido.
IV. O arrependimento posterior alcança crimes praticados sem violência ou grave ameaça, mediante reparação do dano ou restituição da coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.
V. A ineficácia relativa do meio empregado caracteriza crime impossível sempre que o resultado tornar-se improvável diante das circunstâncias concretamente verificadas.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

a) I – III – V.
b) II – III – IV.
c) I – II – III – V.
d) II – IV – V.
e) I – II – IV.

54. O Código Penal distingue a contratação direta ilegal da frustração do caráter competitivo da licitação. A diferença entre esses delitos está descrita em qual afirmativa?

a) A contratação direta ilegal consiste em admitir, possibilitar ou dar causa à contratação fora das hipóteses legais, enquanto a frustração competitiva exige fraude ou impedimento orientado à obtenção de vantagem decorrente da adjudicação.
b) A contratação direta ilegal exige dano patrimonial efetivo, enquanto a frustração competitiva aperfeiçoa-se por negligência grave na condução do procedimento administrativo.
c) A contratação direta ilegal alcança exclusivamente o particular contratado, enquanto a frustração competitiva possui como sujeito exclusivo o agente responsável pela licitação.
d) A frustração do caráter competitivo abrange qualquer defeito formal do edital, ainda que ausente finalidade de obtenção de vantagem ligada à adjudicação.
e) Os dois delitos constituem infrações administrativas convertidas em crime quando houver condenação prévia do agente perante o tribunal de contas competente.

55. Numa ação penal, a defesa aponta ausência de registros em duas transferências de uma mídia digital apreendida. O arquivo original foi preservado, a perícia documentou sua integridade e existem elementos independentes de corroboração. Qual providência processual está CORRETA?

a) Excluir automaticamente a mídia e as provas relacionadas, porque qualquer falha documental na cadeia de custódia produz nulidade absoluta do material examinado.
b) Presumir a integridade da prova em razão da fé pública dos agentes, atribuindo à defesa o dever integral de demonstrar adulteração efetiva do arquivo.
c) Submeter a falha ao contraditório, examinar autenticidade, integridade, prejuízo e corroboração e, diante de dúvida razoável, determinar exame técnico antes de valorar a mídia.
d) Considerar a cadeia de custódia aplicável aos vestígios físicos, pois arquivos digitais possuem mecanismos próprios de verificação que substituem os registros legais.
e) Validar definitivamente a mídia pela assinatura do perito, já que a conclusão técnica supera defeitos ocorridos durante coleta, armazenamento ou movimentação do vestígio.

56. Uma empresa terceirizada deixa de pagar verbas trabalhistas aos empregados que prestavam serviços ao município. Segundo os Temas 246 e 1.118 da repercussão geral, a responsabilidade subsidiária da Administração Pública caracteriza-se pela

a) transferência automática dos encargos inadimplidos, porque o ente público recebeu o trabalho e possui dever legal de garantir a satisfação integral dos créditos trabalhistas.
b) exigência de prova, pela parte autora, de conduta negligente ou de nexo causal, sendo insuficientes o mero inadimplemento e a inversão abstrata do ônus da prova.
c) imunidade patrimonial do ente público, porque a contratação precedida de licitação rompe qualquer relação jurídica entre a Administração e os empregados da prestadora.
d) presunção de falha fiscalizatória decorrente da ausência de documentos apresentados em juízo, atribuindo-se ao município a demonstração integral da regularidade contratual.
e) responsabilidade solidária do ente contratante quando o serviço integra atividade permanente, ainda que a empresa prestadora possua autonomia econômica e diretiva.

57. Uma pessoa contratada temporariamente pelo município com fundamento em lei local ajuíza ação para receber depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e sustenta que sucessivas prorrogações descaracterizaram o vínculo administrativo. A competência jurisdicional pertence à

a) Justiça do Trabalho, porque o pedido de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço define a natureza trabalhista da causa e prevalece sobre o vínculo formal adotado.
b) Justiça do Trabalho, depois da alegação de invalidade das prorrogações, pois a controvérsia passa a decorrer de relação materialmente empregatícia.
c) Justiça Federal, porque o exame da compatibilidade da contratação temporária com a Constituição envolve matéria constitucional de alcance nacional.
d) Justiça Comum, competente para examinar existência, validade e efeitos da relação jurídico-administrativa, ainda que os pedidos possuam conteúdo trabalhista.
e) Justiça indicada pela legislação municipal, porque a autonomia local permite definir o órgão jurisdicional responsável pelas controvérsias da contratação temporária.

58. Analise as afirmativas sobre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e os Créditos Adicionais.

I. O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital, despesas delas decorrentes e programas de duração continuada.
II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende metas e prioridades, orienta a elaboração da lei orçamentária e trata de alterações tributárias e da política das agências financeiras oficiais.
III. A Lei Orçamentária Anual pode incluir disposições materiais estranhas à previsão da receita e à fixação da despesa quando houver repercussão econômica no exercício correspondente.
IV. A abertura de crédito suplementar ou especial exige autorização legislativa e indicação dos recursos disponíveis para suportar a despesa acrescentada ao orçamento.
V. O investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado com previsão na Lei Orçamentária Anual, ainda que ausente do plano plurianual.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

a) I – III – V.
b) II – III – IV.
c) I – II – IV.
d) I – II – III – V.
e) II – IV – V.

59. Um município atribui a uma autarquia pública funções de arrecadação e fiscalização de determinado tributo, preservando, na lei municipal, a instituição e os elementos essenciais da exação. Em qual afirmação, a relação entre competência e capacidade tributária está justificada?

a) A competência tributária permanece indelegável, enquanto funções de arrecadação, fiscalização e execução administrativa podem ser atribuídas por lei a outra pessoa jurídica de direito público.
b) A transferência das funções fiscais delega também a competência legislativa, permitindo à autarquia modificar alíquotas, hipóteses de incidência e sujeitos passivos do tributo.
c) A capacidade tributária ativa corresponde ao poder constitucional de criar tributos e sua atribuição exige emenda à Constituição ou lei complementar nacional.
d) A delegação transfere definitivamente a titularidade da competência, ficando o município impedido de retomar as funções atribuídas durante a vigência do tributo.
e) A instituição bancária encarregada de receber pagamentos torna-se sujeito ativo da obrigação tributária e passa a exercer fiscalização sobre os contribuintes municipais.

60. O município estabelece previamente valores de referência para imóveis e utiliza-os na apuração do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Em determinada transação, o contribuinte declara valor inferior ao parâmetro municipal. Considere que o valor declarado no negócio possui presunção relativa de compatibilidade com o valor de mercado e pode ser revisto pela Administração quando existirem elementos que justifiquem sua apuração. Nessa situação, a proposição CORRETA quanto à determinação da base de cálculo do imposto é:

a) O valor de referência pode prevalecer quando publicado antes do negócio, porque a publicidade transforma a estimativa administrativa em presunção absoluta de mercado.
b) A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano funciona como piso do ITBI, pois ambos utilizam o valor venal como elemento quantitativo da tributação imobiliária.
c) O preço declarado pelo contribuinte vincula definitivamente o fisco, impedindo arbitramento mesmo diante de incompatibilidade manifesta com as condições normais de mercado.
d) A pauta municipal pode substituir a declaração quando construída por critérios objetivos de localização, metragem, padrão construtivo e estado de conservação do imóvel.
e) O valor declarado presume-se compatível com o mercado e seu afastamento exige processo administrativo de arbitramento, sendo inviável a imposição unilateral prévia de valor de referência.